

Caixa ignora sua responsabilidade social e demite mais de 8 mil

Os empregos de mais de oito mil funcionários terceirizados das áreas de digitação e tecnologia da Caixa Econômica Federal (CEF) em todo o Brasil estão ameaçados. O Termo de Ajuste de Conduta (TAC), emitido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), determinou que o banco estatal seguisse um plano de ação a fim de demitir os empregados prestadores de serviço entre 2004 e 2007 e promover concursos público para substituir o quadro funcional terceirizado.

O processo de demissão já iniciou e muitos desses trabalhadores estão nas ruas e sem perspectivas de encontrar nova ocupação. Muitas dessas oito mil pessoas dedicaram anos de sua vida profissional à CEF, contribuindo com o seu crescimento e com o aumento da qualidade de seus serviços para toda a população brasileira. Alguns trabalharam para a Caixa por mais de 15 ou 20 anos.

Durante todos esses anos de dedicação e empenho, esses trabalhadores se especializaram nas necessidades e rotinas do banco e suas agências. As demissões em massa afetarão todo o funcionamento do banco. Não será fácil

substituir mão-de-obra especializada, qualificada no atendimento rápido e eficaz dos usuários da Caixa por outra com os mesmos conhecimentos e eficiência.

Apesar dos anos dedicados ao banco, a Caixa não tem se demonstrado sensibilizada com a situação desses funcionários, mesmo sabendo que várias famílias brasileiras serão afetadas também com essas demissões.

A Caixa não pode simplesmente descartar os funcionários, agir como se não tivesse responsabilidade no processo que levou o Ministério Público do Trabalho a definir a substituição dos trabalhadores terceirizados por concursados, como se não tivesse compromisso com esses milhares de trabalhadores que fizeram da CEF um dos maiores bancos brasileiros.

É preciso esclarecer à população brasileira que para a Caixa foi conveniente a contratação de prestadores de serviço, que significavam para o banco, na verdade, mão-de-obra barata para exercer as atividades bancárias.

Agora, nós brasileiros, não podemos permitir que essas pessoas sejam postas na rua sem qualquer tipo de apoio. Devemos exigir que a Caixa cumpra com o seu papel social e respeite a moralidade do serviço público! O banco deve se comprometer com a causa desses trabalhadores e promover processo de atualização e requalificação dos funcionários, para que esses possam se recolocar no mercado de trabalho e, até mesmo, participar de concursos públicos, inclusive os promovidos pela Caixa.

Março de 2007 é o prazo final para a Caixa cumprir o TAC e demitir todos os prestadores de serviços, substituindo-os por concursados. É necessário reconhecer que os aprovados estão no seu direito de tomar posse de seus cargos, pois lutaram para con-

quistar essas posições. Entretanto, é preciso frisar também que os terceirizados se dedicaram para o fortalecimento do banco como instituição de referência nacional e não podem ser demitidos, descartados sem qualquer suporte da CEF.

É dever social do governo e, portanto, de seus gestores públicos, isso inclui os administradores

da Caixa, buscar uma saída pública para a situação desses trabalhadores. Devem-se oferecer alternativas aos prestadores de serviço, garantindo que eles possam se recolocar no mercado de trabalho e ter chances iguais a milhões de brasileiros de encontrar nova ocupação. A sociedade também deve unir forças e se mobilizar para evitar que os serviços da Caixa sejam sucateados com as demissões em massa. Conjuntamente, sociedade e governo esboçarão uma solução e esses oito mil terceirizados terão sua dignidade e seus direitos humanos preservados.

A Caixa irá descartar os funcionários terceirizados sem ter mão de obra qualificada para atender os usuários da CEF.



e sindicatos filiados

www.fenadados.org.br

Fone: 61 3244 4947